

Wagner e ACM Neto preparam arsenal digital para campanha

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Pré-candidatos ao governo da Bahia, o senador Jaques Wagner (PT) e o ex-prefeito soteropolitano ACM Neto (DEM) têm preparado um verdadeiro arsenal digital para disputar as eleições do próximo ano. Nas principais plataformas digitais, o democrata, por enquanto, tem levado vantagem em relação ao petista. Enquanto ACM Neto tem 878 mil seguidores no Instagram e 508 mil no Facebook, Jaques Wagner tem 135 mil e 223 mil, respectivamente. Já no Twitter, o petista tem 110 mil seguidores, e o democrata tem 461 mil. Para se aproximar ainda

mais dos eleitores, a equipe do senador criou recentemente o podcast "Resenha com o Galego", que é disponibilizado nos streamings de música. No primeiro episódio, que foi divulgado há cinco dias, Wagner bateu papo com Camila Gramkow, da Cepal/ONU. "Tanto nas campanhas como no mandato, utilizamos as redes sociais para prestar contas do trabalho realizado, expressar posicionamento políticos e mantermos um contato mais próximo com a população, aproveitando a linguagem e a possibilidade de comunicação mais direta que as redes proporcionam", disse o coordenador de comunicação do senador, Bruno Monteiro, em entrevista à **Tribuna**.

A equipe ACM Neto criou

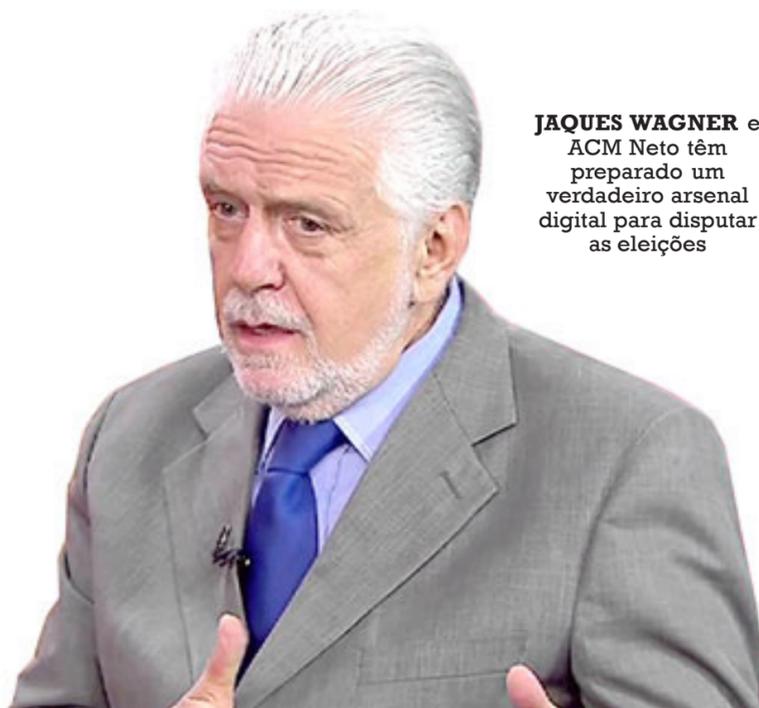
em junho uma conta na plataforma chinesa Tik Tok para o ex-prefeito. O Tik Tok é a primeira rede social fora dos Estados Unidos a ter sucesso mundial. O democrata tem quase 6 mil seguidores. Além disso, Neto também tem conta no Telegram, com 2 mil inscritos, e no WhatsApp por onde dispara informações sobre sua pré-campanha. "O maior objetivo do nosso projeto, nesse momento, é conversar com as pessoas de toda a Bahia. E isso vale para a estratégia digital também, já que mais de 50% do nosso público ainda é da capital. Queremos ampliar a nossa base em todas as regiões da Bahia, fazer a nossa mensagem chegar nas cidades do interior e o principal: ouvir o que as pessoas já falam nas redes sociais, medir o senti-

mento do cidadão, entender quais são as maiores necessidades, as dores e as expectativas do eleitor, que ainda não está pensando na eleição estadual. Então, toda a estratégia de comunicação precisa também refletir e respeitar esse momento", disse

a Arysa Souza, que é estrategista digital de ACM Neto.

Arysa Souza e Bruno Monteiro acreditam que, como nas eleições anteriores, as plataformas online terão papel relevante na eleição de 2022. Para ela, a pandemia da Covid-19 fez com que as

JAQUES WAGNER e ACM Neto têm preparado um verdadeiro arsenal digital para disputar as eleições



PONTE SALVADOR-ITAPARICA

Bruno diz que prefeitura não recebeu pedido de liberação

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER



BRUNO REIS disse que ainda não recebeu o pedido do governo do Estado para o Município liberar a construção da ponte entre a capital e Itaparica

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), disse que ainda não recebeu o pedido do governo do Estado para o Município liberar a construção da ponte entre a capital baiana e a Ilha de Itaparica.

"O Município não será empecilho. Pelo contrário, todas as autorizações de início de obras, retirada de obras, licenciamento contará com todo o apoio do Município. Porém, hoje, chegamos ao início do mês de agosto, e não há nenhum projeto em relação à ponte dado entrada na prefeitura. Ou seja, não há solicitação formal. Respeitando o que estabelece a lei, vamos dar toda a celeridade, porque entendemos que são projetos importantes para o desenvolvimento da cidade",

declarou o gestor soteropolitano.

Na semana passada, o vice-governador da Bahia e secretário estadual de Planejamento, João Leão, afirmou que a previsão é dar início às obras da ponte entre 15 e 20 de novembro. Segundo ele, o atraso ocorreu por causa da pandemia da Covid-19. "Não poderia começar essa obra com 3 mil pessoas num canteiro de obras do lado de Itaparica, e 3 mil pessoas do lado de Salvador. Não daria certo. Temos que realmente ter cuidado. Vamos começar agora com a população ser vacinada. Todos os funcionários serão exigidos o atestado de vacina", disse Leão.

Ex-prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM) chegou a reclamar do governo por não apresentar o projeto da ponte para a administração municipal. "Como é que um

projeto desse pode ser licitado se a prefeitura de Salvador, que é a principal cidade afetada por essa obra, sequer conhece o impacto da obra? Como é que vai encaixar na cidade? Como é que o volume de tráfego vai atravessar Salvador cortando o coração da cidade? Isso não vai acontecer por cima da prefeitura. Não há hipótese. Não conheço o projeto. Não tenho nenhum detalhe do projeto. Nunca isso foi tratado com seriedade pelo governo com a prefeitura.

E não vai passar por cima da prefeitura. Agora, quando o governo tiver disposto a apresentar o projeto, a mostrar qual o impacto na cidade, será outra coisa", declarou na época.

A ponte será erguida por um consórcio chinês é formado pela CR20 (China

Railway 20 Bureau Group Corporation) e pela CCCC (China Communications Construction). As empresas têm quatro anos para entregar o equipamento. Orçada em R\$ 5,3 bilhões, a ponte terá recurso de R\$ 3,8 bilhões dos empresários, já o governo baiano injetará R\$ 1,5 bilhão. Quando concluída, a ponte, que é uma antiga promessa dos governos petistas desde Jaques Wagner, será a segunda maior do Brasil, atrás apenas da Rio-Niterói. O governo da Bahia tem dito que o pedágio da ponte custará entre R\$ 22 e R\$ 110, sendo R\$ 44 para veículos de passeio em dias de semana. Segundo a gestão estadual, o valor é semelhante ao que se paga atualmente para atravessar um carro no atual sistema ferryboat — R\$ 45,70 para veículos de passeio.

MP com novo programa social sai no início de agosto, diz ministro

Agora, devem ser promovidas mudanças operacionais para funcionamento do novo projeto

AGÊNCIA BRASI

Uma medida provisória com a reestruturação dos programas sociais do governo, que devem ser unificados num único programa, será publicada no início de agosto, afirmou ontem o ministro da Cidadania, João Roma.

Mesmo com a publicação da reformulação, contudo, um valor médio para os pagamentos do novo programa de transferência de renda do governo ainda não foi definido.

"A questão do ticket médio e do valor desse programa será eventualmente tratada com a área econômica mais à frente", disse João Roma. "Pretendemos que

esse valor seja o máximo possível", acrescentou.

Nesse primeiro momento, devem ser promovidas mudanças operacionais para o funcionamento do novo programa. "Existe toda uma operacionalização que precisa ser feita, fazer ajustes com Dataprev, com a Caixa Econômica Federal", disse o ministro.

Roma já havia dito, no início do mês, que os primeiros pagamentos do novo programa de transferência de renda devem ocorrer em novembro, após o fim do auxílio emergencial. O novo programa deve englobar, além do Bolsa Família, o programa nacional de aquisição de alimentos e iniciativas de

capacitação e microcrédito, disse Roma, após ser questionado por jornalistas sobre quais programas seriam unificados. "Será um programa único", afirmou o ministro.

As declarações foram dadas após reunião de Roma com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que disse que o novo programa será custeado com recursos já disponíveis no Orçamento.

"Os programas sociais estão sendo feitos dentro da responsabilidade fiscal, com respeito ao teto", disse Guedes. Ele afirmou que a reforma tributária proposta pelo governo também deve promover distribuição de renda, ao cobrar imposto sobre os dividendos das empresas.

A reforma do Imposto de Renda proposta pelo governo prevê o pagamento de 20% sobre o valor distribuído por empresas aos acionistas. Ontem, Guedes afirmou, contudo, que as empresas que aderiram ao Simples devem ficar de fora da regra.

"Nós estamos buscando justamente o aprimoramento desses programas. Por isso que eu vim visitar o ministro Guedes, para ficar de uma maneira muito bem transparente e escalonada internamente no governo para que nós possamos agir de forma bem cadenciada. Pois, como eu disse, área social e área econômica do governo são duas faces é da mesma moeda", acrescentou Roma.



JOÃO ROMA já havia dito, no início do mês, que os primeiros pagamentos do novo programa de transferência de renda devem ocorrer em novembro

Governo federal publica MP que recria pasta do Trabalho e da Previdência

AGÊNCIA BRASIL

Foi publicada no Diário Oficial da União de ontem a medida provisória (MP) que cria o Ministério do Trabalho e da Previdência. A MP prevê a transferência de competência e órgãos do Ministério da Economia para o novo ministério. Prevê também a "possibilidade de transformação de cargos em comissão e funções de confiança" para a nova pasta.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência da República explica que a MP 1.058

prevê regras de transição e informa que caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dar apoio jurídico para a atualização de estruturas, enquanto feitas via decreto, bem como para a transição de servidores.

O novo ministério será composto pelas áreas de previdência, política e de diretrizes que visam geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador, além das relativas a política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho e de fiscalização do trabalho.

"O novo ministério também contempla os conse-

lhos relacionados a Trabalho, Previdência e Previdência Complementar", acrescenta, na nota, a secretaria da Presidência. A criação do novo ministério está sendo feita por meio de alterações na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

Após a publicação da MP, a Secretaria-Geral divulgou uma outra nota na qual explica que, por meio da nova medida, foi atualizada a situação da Secretaria Especial de Cultura, que havia sido transferida, via decreto (nº 10.107/2019), do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo.

O ESTADO DE S. PAULO

No ano da pandemia, o faturamento das 120 maiores empresas varejistas do País cresceu 20%, de R\$ 526 bilhões para R\$ 632 bilhões. Mas o movimento não foi uniforme. Enquanto nas dez maiores companhias o faturamento cresceu quase 30%, nas dez menores houve uma queda de 22%.

O resultado desse desempenho foi uma maior concentração no mercado, segundo dados do ranking do Instituto Brasileiro de

Executivos de Varejo & Mercado de Consumo (Ibevar) - Instituto de Administração (FIA), obtido com exclusividade de pelo Estadão.

As vendas das 120 empresas representaram 13,6% do consumo das famílias brasileiras no ano passado. No período anterior foi de 11,6%. Segundo a pesquisa, as dez maiores empresas do varejo (Carrefour, GPA, Magalu, Via, Americanas, Big, Raia Drogasil, Natura, Boticário e Mateus Supermercado) faturaram no ano passado R\$ 317 bilhões, a metade do registrado pelo conjunto das

120 companhias. O valor é 48 vezes maior que o faturamento das dez menores desse ranking, de R\$ 6,5 bilhões.

"Numa situação de crise, os elos mais fracos sempre sofrem mais. E a pesquisa de 2020 mostrou isso de forma muito clara", afirmou o presidente do Ibevar, Cláudio Felisoni de Ângelo, responsável pelo trabalho, publicado anualmente. Na avaliação de Ângelo, o processo de consolidação intensificado no ano passado vai continuar forte em 2021, ainda como efeito da pandemia.